

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
DEZASSEIS**

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – ORDEM DO DIA

- e) Revisão Orçamental n.º 2/2016;
- f) Adesão do Município de Fornos de Algodres à AGE – Associação Geopark Estrela, com a aprovação dos respetivos Estatutos.

2 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Pedro Miguel dos Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

Passou-se ao Ponto um da Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a): “Revisão Orçamental n.º 2/2016”.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara informando que esta revisão orçamental se deve à necessidade de inserir o saldo de gerência de dois mil e quinze no orçamento; a conta foi apreciada em Assembleia Municipal e o saldo apurado foi de duzentos e trinta e três mil e cento e setenta e sete euros. É necessário integrar o saldo de gerência do ano anterior no orçamento e é ainda necessário diminuir o valor da primeira versão do PAM aprovada no

ano transato; dado que a situação não se concretizou será preciso diminuir no orçamento o valor de catorze milhões e setecentos e trinta e um mil euros.

No que diz respeito ao saldo de gerência este será distribuído pelas refeições escolares, água, trabalhos especializados, iluminação pública e restituições.

As restituições dizem respeito a um processo relativo à questão da Serra da Esgalhada, no qual houve uma auditoria e nos foi pedido que fizéssemos a restituição de um valor; havia um projeto aprovado no âmbito da Agência para a Modernização Administrativa, a qual fez uma compensação do saldo e, conseqüentemente, a Câmara Municipal não recebeu qualquer valor relativamente a esse projeto.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra solicitou ao Sr. Presidente da Câmara mais detalhes acerca da restituição, da auditoria e dos trabalhos especializados a que se referiu.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a restituição está relacionada com uma auditoria realizada na Serra da Esgalhada relativamente a obras lá efetuadas; o Mais Centro entendeu que havia duplicação de financiamento relativamente a um PT e que caberia à Câmara Municipal restituir esse valor; conseqüentemente a Câmara contrapôs essa decisão com uma ação judicial mas, estranhamente, a Câmara deveria ter recebido noventa mil euros relativamente ao projeto da Agência para a Modernização Administrativa e esse valor foi compensado para cobrir o saldo.

Relativamente aos trabalhos especializados, estão relacionados com projetos que a Câmara não tem capacidade para realizar, tendo, por isso, de se candidatar ao Programa 2020, nomeadamente no que diz respeito às fossas e à Escola do 1.º Ciclo de Figueiró da Granja.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra questionou o Sr. Presidente da Câmara se os Serviços Técnicos não têm capacidade para realizar esses trabalhos, ao que este respondeu negativamente.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que relativamente à questão das Terras Serranas, havia dois concursos públicos de trabalhos correspondentes às infraestruturas do Hotel aprovados pelo Programa Mais Centro, um de cerca de cem mil euros e o outro de cerca de trezentos mil euros; houve uma auditoria realizada pelo Mais Centro porque se questionou a

propriedade dos terrenos e, evidentemente, estávamos a fazer uma candidatura em terrenos das Terras Serranas, uma vez que estes já tinham sido cedidos. Referiu ainda que havia candidaturas e dinheiro correspondente para pagar as infraestruturas mas, a partir do momento em que saiu nos jornais que os terrenos não eram da Câmara Municipal, o Mais Centro começou de imediato a averiguar o assunto e cativou o dinheiro que já tínhamos recebido.

Acrescentou que ainda se deslocou com o Sr. Presidente da Câmara à CCDRC, no sentido de incluir alguns trabalhos no overbooking para não sobrecarregar a Câmara e, como não o quiseram fazer, a questão do PT continua em tribunal.

Relativamente à questão do PT, explicou que não há duplo financiamento, a Câmara tinha obrigação de financiar as infraestruturas e, ao invés, financiou um PT e o investidor através de fundos reembolsáveis incluiu um outro PT.

Por fim referiu que esta questão foi enviada para a Polícia Judiciária por iniciativa da Câmara Municipal, na sequência da auditoria.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a iniciativa de enviar este processo para a Polícia Judiciária não partiu da Câmara Municipal, mas foi consequência da queixa efetuada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na qual referiu que o Sr. Presidente da Câmara o tinha acusado de incúria.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que processou o Sr. Presidente da Câmara em virtude de este o ter acusado de incúria, mas desistiu do mesmo porque o Sr. Presidente da Câmara afirmou que não teve intenção de o difamar e, nessa medida, quem continuou foi o Sr. Presidente da Câmara.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a alínea a) da Ordem do Dia: “ Revisão Orçamental n.º 2/2016”, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se à alínea b) da Ordem do Dia: “Adesão do Município de Fornos de Algodres à AGE – Associação Geopark Estrela, com a aprovação dos respetivos Estatutos.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a Associação Geopark Estrela é um projeto em que participam várias câmaras situadas na região da Serra da Estrela e cuja candidatura é feita à UNESCO; se a zona envolvente à Serra da Estrela for considerada como Geopark, daí advém uma série de vantagens

para o Município de Fornos de Algodres; este projeto começou por ter como principal promotor, o Instituto Politécnico da Guarda ao qual se associaram a Universidade da Beira Interior e os municípios que o compõem.

Referiu também para que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres possa pertencer a esta associação necessita que haja deliberação favorável da Assembleia Municipal que será depois remetida ao Tribunal de Contas.

Informou ainda que na medida em que esta candidatura teria de ser apresentada durante o ano de 2017 e, havendo ainda algum trabalho a desenvolver, decidiu-se que as entidades a constituir esta associação, numa primeira escritura, seriam a Universidade da Beira Interior, o Instituto Politécnico da Guarda e a ADRUSE; a partir do momento em que as câmaras que compõem esta associação tenham o visto do Tribunal de Contas, far-se-á uma nova escritura pública.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra referiu que ao ler os anexos referentes a esta matéria estranhou que o Parque Natural da Serra da Estrela não fosse uma das entidades promotoras do projeto e questionou o Sr. Presidente da Câmara qual o objetivo do município ao fazer parte desta associação, uma vez que nos vai custar cerca de vinte e cinco mil euros por ano e, nessa medida, há que ter uma estratégia bem definida.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o valor a pagar vai até vinte e cinco mil euros e que este ano, caso fizéssemos já parte da associação, teríamos pago três mil, setecentos e cinquenta euros. Quanto às vantagens do projeto, caso a UNESCO considere esta área como património Geopark, haverá uma majoração em termos de projetos e uma diferenciação positiva em termos turísticos para quem nos visita.

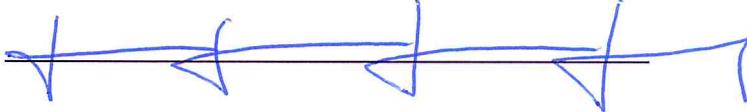
O Membro da Assembleia Cristina Guerra referiu que espera que consigam maximizar estas vantagens mas, para isso, têm de avançar com os projetos que o executivo achar pertinentes e enquadrá-los no Geopark.

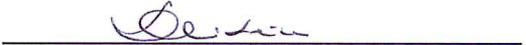
O Sr. Presidente da Câmara referiu que a primeira etapa é a aprovação da candidatura, serão constituídos órgãos com as câmaras e as entidades envolvidas, no sentido de arranjar uma estratégia comum para potenciar o facto de este património ser classificado pela UNESCO.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a alínea b) da Ordem do Dia, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Em virtude de não se ter verificado nenhuma intervenção por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação em minuta da deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes;depois de lida a referida minuta, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Assembleia.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos um bom ano e deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente 

O Primeiro Secretário 

O Segundo Secretário 